

A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude

Felipe Castanho Ribeiro¹

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. E-mail: fe.castanho@gmail.com

The 1932 civil
war
historiography
and its amplitude

Resumo:

O artigo propõe-se a analisar trabalhos historiográficos envolvendo a Guerra de 1932, mais conhecida como “Revolução Constitucionalista”. Procura-se observar quais foram as principais hipóteses para o advento do conflito, assim como algumas das perguntas que nortearam os trabalhos que versam sobre o tema. A literatura sobre o tema é vasta, no entanto, acredita-se que ainda existem pontos inexplorados pelos historiadores ou que necessitam de um aprofundamento.

Palavras-chave: Historiografia, Revolução Constitucionalista de 32, Guerra de 1932, Guerra Nacional.

Abstract:

The article is proposed to analyze historiographical works involving the war of 1932, better known as "Constitutional Revolution". Search-if you look at what were the major hypotheses for the advent of the conflict, as well as some of the questions that guided the work which focused on the topic. The literature on the topic is vast, however, it is believed that there are still unexplored by historians or points that need further elaboration.

Keywords: Historiography, Constitutionalist Revolution of 32, War of 1932, National War.

A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude

Em 9 de julho de 1932, o Brasil entrou numa sangrenta guerra civil. A Guerra de 1932, mais conhecida como “revolução constitucionalista de 32”, se estenderia até o dia 2 de outubro do mesmo ano, perfazendo um total de 85 dias de conflito¹. É vasta a literatura que compreende a Guerra de 1932. Contudo, é digno de nota que boa parte destas obras se resume a memorialistas, fruto das reminiscências e dos ideais de ex-combatentes ou participantes do conflito. Além disso, as obras sobre o tema possuem como principal delimitação espacial o estado de São Paulo. Não obstante, o presente artigo pretende analisar alguns dos principais trabalhos que versam sobre a Guerra de 1932 e que nos ajudam a desvelar diferentes aspectos do conflito.

A primeira produção acadêmica sobre a Guerra de 1932 foi um artigo publicado pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Trata-se de um trabalho publicado em 1949, pelo sociólogo Florestan Fernandes, intitulado *A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra*². É interessante notar que o primeiro trabalho acadêmico sobre o conflito tenha ocorrido após dezessete anos do seu acontecimento e quatro anos após o fim do Estado Novo. Este artigo foi escrito com base no diário de um ex-combatente da Guerra de 1932, intitulado *Palmares pelo avesso* pelo seu autor Paulo Duarte. O texto de Fernandes procura explorar as relações sociais entre os soldados no campo de batalha, o que o caracteriza como uma obra voltada para o campo da Sociologia.

É de 1966 a primeira obra que adquiriu certa notoriedade diante da academia e que procura narrar os acontecimentos de 1932. Trata-se de *1932 – a guerra paulista* escrito por Hélio Silva, livro que faz parte de sua coleção *O ciclo de Vargas*³. Apesar de Hélio Silva não ser um historiador de ofício, o seu trabalho ganharia notoriedade no meio acadêmico por coletar e apresentar inúmeras fontes, o que não se restringia apenas à Guerra de 1932, mas a todo o período de 1930⁴. A contribuição documental de Silva fica evidente ao longo das 398 páginas que compõem o livro. Nele o leitor se depara com uma miríade de telegramas,

¹ O nome do movimento eclodido em 1932 no Estado de São Paulo pode variar de acordo com o posicionamento historiográfico dos autores que se debruçam sobre o tema. Acreditamos que a nomenclatura mais correta seja a de guerra civil, não apenas por conta da projeção do conflito como pela própria definição do termo que, segundo o *Dicionário de Política* é a guerra conduzida quando conduzida por cidadãos de um mesmo Estado. Para Saint-Pierre a guerra civil se desenvolve em uma unidade decisória, como manifestação extrema de uma pluralidade política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 572 e SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 34. No presente artigo iremos nos referir ao conflito como Guerra de 1932.

² Este artigo está publicado também em FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes: leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010.

³ Os títulos dos livros que compõem esta coleção são: 1922 – Sangue na areia de Copacabana; 1926 – A grande marcha; 1930 – A revolução traída; e 1931 – Os tenentes no poder.

⁴ Se levados em consideração todos os livros da coleção. ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. 2010. 312 F. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, p. 39.

cartas, convenções militares, anteprojeto do programa do Partido Democrático (PD), manifestos e até a publicação dos exilados que se encontravam em Lisboa após o fim da guerra⁵.

A obra de Silva, apesar de contribuir consideravelmente para a Guerra de 1932 com a compilação de fontes realizadas por ele, do ponto de vista historiográfico, é extremamente marcado por uma visão factual do processo. O próprio autor faz questão de frisar na introdução do seu livro que não “poderia jamais escrever um livro contra São Paulo. Seria agir contra mim mesmo, porque estava unido aos paulistas, como tanta gente desta boa terra carioca. Dei-lhes o que de mim tinha de melhor”⁶.

A narrativa de *1932 – a guerra paulista* se concentra basicamente na transcrição da documentação e praticamente não há análise do autor em cima dos fatos apresentados pelas fontes. Segundo o historiador Marcelo Santos de Abreu, o que Hélio Silva pretendia era:

[...] fixar a verdade dos acontecimentos a partir do confronto de falas dissonantes: as vozes dos antagonistas da cena política aparecem em seu texto na infinidade de documentos transcritos pelo autor. Hélio Silva, entretanto, desloca a interpretação para o leitor no futuro. E preocupa-se em se ater aos fatos por dois motivos. Em primeiro lugar, Silva defendia essa concepção de história por oposição a outras possibilidades de escritura vigentes em seu tempo. Afirmava que a história era o fato, o documento e a política, distanciando-se, por exemplo, dos marxistas que supunham o acontecimento como fenômeno das mudanças socio-econômicas. O segundo motivo que levava Hélio Silva a narrar os acontecimentos consubstanciava-se no fato de que o autor, passados 34 anos, sentia-se comprometido com a “causa paulista”.⁷

Dessa forma, tanto a inspiração memorialística de Hélio Silva, quanto a sua própria concepção de História marcaram a sua obra. Ainda assim, para Abreu, “com todas as críticas que se podem fazer sobre sua intenção quase memorialística, o rigor do método assegura a sua validade como material de referência sobre os acontecimentos de 1932”⁸.

Em 1980, é publicado o livro *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*, sendo esta obra o resultado de um projeto desenvolvido no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. O livro coordenado pela historiadora Angela Maria de Castro Gomes, tem ainda a contribuição dos historiadores Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho, Dulce Chaves Pandolfi, Maria Helena de Magalhães

⁵ Ver as páginas 261-264 para a lista dos proscritos. Para além das fontes que encontrarmos no decorrer do livro, Silva compilou boa parte destas no anexo do livro que vai da página 267 à 385. SILVA, Helio. *1932: a guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

⁶ *Ibidem*, p. 26.

⁷ ABREU, Marcelo Santos de. *Op. cit.*, p. 43.

⁸ *Ibidem*, p. 43.

Castro, Helena Maria Bousquet Bomeny e Lúcia Lahmeyer Lobo. Nesta obra encontramos, grosso modo, uma análise sobre a década de 1930, mais precisamente os anos que vão de 1930 a 1937, onde são pontuados os diferentes embates e projetos políticos que disputaram o poder no período. No entanto, para a análise aqui proposta nos atemos ao capítulo intitulado *Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização*, redigido por Angela Maria de Castro Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho.

No capítulo supracitado, os historiadores se dedicam principalmente a análise do “caso” paulista no momento posterior a Guerra de 1932, até um segundo momento assinalado pela promulgação da Constituição de 1934. Não obstante, o texto também aborda o conflito de 1932, expondo o debate político que levou o país a uma guerra civil. Neste sentido, o trabalho contribuiu de uma maneira sem precedentes para a historiografia, isto porque analisa o conflito de 1932 como uma “guerra civil”, resultado de uma disputa política mais ampla que o estado de São Paulo. Para os autores, desde a revolução de 1930⁹ havia um intenso debate sobre a centralização e a descentralização do poder político no país, esta discussão colocou em lados opostos dois setores básicos que apoiaram o movimento de 1930, marcadamente o tenentismo¹⁰ e as oligarquias regionais dissidentes¹¹. Em São Paulo, esta disputa foi mais acentuada e “tal confronto assumiria contornos especiais, quer pela

⁹ Existe uma ampla discussão na academia a respeito da terminologia correta para o movimento iniciado em 3 de outubro de 1930. Isto se deve as diferentes explicações sobre a natureza do movimento. Consideramos que as três principais perspectivas são: 1930 como um golpe no movimento da classe operária que vinha em ascensão vertiginosa, principalmente na década de 1920; 1930 como uma revolução, podendo ser da classe média ou da burguesia industrial; por fim, 1930 como um movimento realizado para reafirmar o pacto oligárquico da República Velha que havia sido rompido no governo de Washington Luís. Não faz parte do presente trabalho a discussão sobre o caráter do movimento de 1930, contudo, optamos pela utilização do termo revolução de 1930 por acreditarmos que se trata do termo mais corrente e consagrado na historiografia para o referido movimento, do mesmo modo que o historiador Boris Fausto utilizou o termo. Não obstante para compreender algumas das diferentes perspectivas historiográficas sobre a revolução de 1930 indicamos a obra de Boris Fausto. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. Já para a perspectiva que aborda revolução de 1930 como um golpe na classe operária indicamos o trabalho de Edgar de Decca *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004 e sobre o viés da restauração do pacto oligárquico recomendamos VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

¹⁰ O movimento que ficou conhecido como tenentismo apenas na década de 1930 surgiu em julho de 1922. Possuía relação com o impulso dado a oficiais brasileiros que tiveram a instrução francesa no Exército, por conta desta, certos oficiais se tornaram atores políticos. Para Frank D. MacCann os tenentes almejavam a reforma militar e também queriam mudar a sociedade brasileira, segundo este autor: “... ambas as reformas fundiam-se. Embora os detalhes sejam vagos, eles preferiam um Estado menos liberal e mais autoritário que interviesse na economia de modo a produzir uma distribuição mais justa da riqueza. O movimento era mais negativo do que positivo, e em seus aspectos práticos, operacionais, era mais uma luta pelo controle do Exército do que pela reforma da sociedade. Sua confusão e rápido colapso, depois de brevemente ter tido o poder ao seu alcance em 1930, mostra sua imaturidade.” MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009, pp. 339-340.

¹¹ GOMES, Angela de Castro (Coordenação). *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 239-240.

incisiva intervenção do tenentismo amparado pelo Governo Provisório, quer pela radical reação das forças políticas paulistas”¹².

Para os autores, a política nacional de centralização, implementada pelo Governo Provisório no estado paulista através dos tenentes foi o principal fator que levou a Guerra de 1932. Os embates entre o interventor João Alberto, “estrangeiro”¹³ e tenente, com a oligarquia paulista representou a discussão centralização/descentralização. Sendo assim, a Guerra de 1932 foi uma reação dos paulistas ao declínio político do estado, afastado “dos centros de decisão da política nacional e até mesmo da política regional”¹⁴. Nesta razão, os autores concluem que o “caso” paulista foi emblemático e que “constitui, no que se refere a todo este confronto entre tenentismo e oligarquias, um laboratório por excelência”¹⁵.

É de 1981 o livro *O Movimento de 1932: a causa paulista*, escrito pela historiadora Maria Helena Capelato. Sua obra foi publicada às vésperas do aniversário de meio século da guerra. Nesta, a autora aborda os principais acontecimentos políticos que levaram ao desgaste da relação entre o Governo Federal e elite política paulista. A principal insatisfação de São Paulo seria com a influência que o grupo tenentista exercia no estado e com o desgaste deles com os membros do PD.

Segundo a autora, a questão da constitucionalização ficava em segundo plano e os próprios:

[...] diretores do PD sempre tinham sido de opinião de que a Constituinte poderia ser protelada se o Governo do Estado fosse entregue ao partido. O que se pretendia efetivamente era a nomeação, para a Interventoria, de um paulista, civil e membro do Partido. Não se contestava, pois, o caráter da Interventoria. Essa luta pelo poder revestiu-se de uma conotação legalista expressa no movimento pró-constitucionalização do país.¹⁶

A própria política do Governo Provisório procurava atender as eventuais demandas do estado paulista. Esta constatação ficou clara com a decisão do Tesouro Federal, diante da crise econômica que atingia a economia cafeeicultora, de comprar todo o estoque de café retido¹⁷.

O trabalho de Capelato se destaca ainda pela inserção de um terceiro elemento na Guerra de 1932, a classe operária. Sobre este aspecto, afirma que 1932 fora o ano em que mais ocorreram greves na década de 30 e que essa perturbação da ordem incomodava a classe dominante paulista.

¹² Idem.

¹³ Pois se tratava de um pernambucano.

¹⁴ GOMES, Angela de Castro (Coordenação). Op. cit., p. 239.

¹⁵ Ibidem, p. 241.

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 48.

¹⁷ Ibidem, p. 21.

A interferência contínua do Governo Provisório no mundo do trabalho, sobretudo a partir das promulgações das leis sociais que procuravam atender determinadas reivindicações do movimento operário, incomodavam a elite paulista. Na cidade pairavam os ideais comunistas, através da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e anarquistas, por meio dos anarco-sindicalistas¹⁸.

Para Capelato, a questão operária estava presente e o seu elemento não poderia ser desprezado pelos historiadores. Em suas palavras, conclui que “o conflito de classes, embora ausente no ideário do Movimento de 32, nele esteve presente e fundamentou a luta pela *Ordem*”¹⁹. Ainda que aborde a questão operária, o livro trata do assunto de uma maneira secundária, delegando para outros historiadores a tarefa de explorar mais o assunto, o que não demoraria.

Sete anos depois da publicação de Capelato, é editado o livro do historiador Holien Gonçalves de Bezerra intitulado *O jogo do poder: Revolução paulista de 32*. Nesta obra o autor se dedica a estudar a participação das diferentes classes no movimento de 32, levando em consideração o papel dos trabalhadores - urbanos e rurais -, da classe média e da classe dominante.

Na visão do autor, o trabalhador paulista não se sensibilizou com a guerra por entender que a causa do conflito não fazia parte dos seus interesses, mas sim da classe dominante. Esta última, por sua vez, conseguiu cooptar a classe média, pois segundo Bezerra:

É um traço característico da classe média sua postura mais conservadora do que revolucionária [...] Os integrantes desta classe acumularam certo capital, seja em bens seja em conhecimentos e habilidades profissionais. Sentem-se injustiçados se uma nova sociedade vier anular os frutos de seus esforços, nivelando a todos aquilo que foi conseguido com extremo sacrifício somente por alguns.²⁰

Dessa maneira, para Bezerra, a classe média seria uma “massa de manobra”, termo utilizado pelo autor, para a classe dominante, reproduzindo os seus valores com o afã de algum dia ascender ao nível da burguesia paulista.

Como podemos perceber, o trabalho de Bezerra é fortemente inspirado na historiografia marxista corrente nos anos de 1970, carregado de termos como *luta de classes*, *ideologia*, *classe dominante* e *cooptação*. Logo no início do livro, o autor afirma conceber o processo político de 1932 como um “momento privilegiado do processo das relações de classe no Brasil, onde aparecem com bastante clareza os mecanismos de dominação de uma

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., pp. 65-69.

¹⁹ Ibidem, p. 65.

²⁰ BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988, p. 71.

classe sobre o conjunto da sociedade”²¹. Ainda sobre o trabalho de Bezerra, o autor também defende a ideia de que a causa que levaria a burguesia paulista ao conflito não era a reconstitucionalização do país e não passavam de pretextos para a reconquista do poder.

A respeito do fim do Governo discricionário e retorno ao regime constitucional, o autor crítica que “poucos autores fazem referência ao fato de que, desde inícios de 1932, Getúlio Vargas já havia prefixado a data das eleições (para a constituinte)”²².

O livro *1932: A Guerra Civil Brasileira* publicado em 1982, é uma das obras mais completas sobre o movimento de 1932. Ao todo são 14 capítulos que, entre outros aspectos, abordam as origens da guerra; a sua fase de conspiração; as suas inúmeras tramas que a permeiam; o conflito e suas consequências *fora* de São Paulo; os desdobramentos do conflito; e a reconciliação do Governo Provisório com os paulistas²³. Para o autor, o conflito atingiu proporções nacionais e demonstra ao longo do seu livro, ainda que pontualmente, a participação das diferentes regiões do país. Justifica-se assim o subtítulo da sua obra, *A guerra civil brasileira*.

Hilton também considera a reconstitucionalização do país um pretexto por parte do de São Paulo, que ocultava a sua verdadeira intenção: a reconquista da autonomia política do estado. O retorno do país à ordem constitucionalista seria uma forma de reconquistar o poder político do estado por vias legais e de maneira duradoura. O *status quo* anterior a revolução de 1930 era o objetivo²⁴.

Ao contrário das obras mencionadas anteriormente, o autor prioriza uma abordagem mais política do movimento em detrimento do componente social. A constelação de personagens do livro remete a homens proeminentes do cenário político que se envolveram no conflito. Destacam-se, assim, Getúlio Vargas, João Alberto, Pedro de Toledo, o general Bertholdo Klinger, general Góes Monteiro e o coronel Euclides Figueiredo. O livro se dedica também a algumas questões específicas bem interessantes. Como exemplo, vale citar o capítulo IX, intitulado *Guerra no ar*, no qual Hilton se dedica ao estudo da aviação durante a guerra²⁵.

Na obra de Hilton, também destacamos o capítulo denominado *A quinta coluna*

²¹ BEZERRA, Holien Goncalves. Op. cit., p. 26.

²² Ibidem, p. 76.

²³ O livro começa ainda de uma maneira bem peculiar com uma narrativa criada pelo autor em que a guerra civil teria sido vencida pelos paulistas, o que pode surpreender aos mais desavisados. Conjecturamos que esta iniciativa de Hilton procura demonstrar a seriedade do conflito e, que poderia ter mudado os rumos políticos do país. HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, pp. 09-15.

²⁴ HILTON, Stanley. Op. cit., p. 21.

²⁵ De modo geral, na visão do autor, o emprego da Força Aérea, pelos dois lados, fora bastante valorizado. Entretanto, sua valorização muita das vezes não se dava tanto pela possibilidade de estrago dos aviões, mas principalmente pelo efeito moral que ocasionava nas tropas inimigas, sobretudo porque as técnicas e os aviões ainda eram *rústicos*.

constitucionalista. Nele, o autor elenca uma série de fatos ocorridos fora de São Paulo de características pró-constitucionalista. Demonstra, dessa forma, a conspiração contra o Governo Provisório em outras regiões como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o próprio Distrito Federal:

[...] onde uma pequena rede de dedicados ativistas trabalhava assiduamente organizando um sistema de fuga para militares que desejassem seguir para São Paulo, remetendo informações político-militares ao alto comando constitucionalista via uma estação rádio-emissora clandestina e articulando levantes em Minas Gerais e no próprio Rio de Janeiro.²⁶

Outro trabalho que estuda o movimento de 32 é o livro *Tenentismo e Revolução Brasileira* de Vavy Pacheco Borges, publicado no ano de 1992, fruto de sua tese de doutorado. Nesta obra, a historiadora não tem como foco apenas o ano de 1932, mas sim a conjuntura de 1930 a 1932. A autora estuda a dinâmica e tensões no estado de São Paulo envolvendo a Legião Revolucionária, o líder tenentista Miguel Costa, e a elite política paulista. Para a observação desse período, Borges utiliza a imprensa como a sua principal fonte²⁷. Com base na análise das fontes, afirma que o principal motivo de insatisfação de São Paulo foi a perda de autonomia para o Governo Provisório, o que levou o conflito político às vias de fato²⁸. Para a autora, o estado de São Paulo é alvo de uma acirrada disputa pelo poder que:

[...] entre outubro de 30 e julho de 32, uma intensa luta pelo exercício do poder estadual, entre aqueles que nele se encontram e os que dele estão mais próximos; essa luta – na qual vejo duas fases – chega até a extrema violência de ataques mortais a partidos e de uma guerra civil.²⁹

As duas fases a que Borges se refere são o período da interventoria de João Alberto no estado paulista e o que se segue após a sua demissão, em 15 de julho de 1931. Em ambos os períodos, a disputa pelo poder político era acirrada e tinha como principais personagens os tenentes, o PD e o PRP. Foi do embate entre essas forças que gerou-se a tensão política que redundou na Guerra de 1932.

Em 1998, o historiador Jeziel de Paula publica sua dissertação de mestrado através do livro intitulado *1932: Imagens construindo a História*. No seu trabalho, De Paula analisa o movimento através das inúmeras imagens e fotografias produzidas no contexto e sobre a guerra. O autor considera que as imagens se constituem importantes fontes primárias e que

²⁶ HILTON, Stanley. Op. cit., p. 299.

²⁷ A autora analisou cinco jornais ao todo: *O tempo* e o *Correio da Tarde*, órgãos da LR; *Diário Nacional*, *Diário Carioca* e o *Estado de S. Paulo* representando o que Borges chamou de a “imprensa democrática”.

²⁸ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 185.

²⁹ *Ibidem*, p. 32.

auxiliam a compreensão do fato histórico. Representam uma parte do real, do acontecido, e são, nessa perspectiva, “um índice, como uma pegada indicando a passagem de alguém”³⁰.

Para o autor, a versão dos vencidos predomina na vasta literatura sobre o tema, isto porque a literatura que versa sobre o tema, com cerca de 270 livros, foi escrita pelos memorialistas, na sua grande maioria composto por ex-combatentes e participantes do movimento. Para De Paula, essas memórias foram redigidas às pressas, ainda em combate ou logo após o fim do conflito e “contam uma história que fala mais de seus ideais, seus sonhos e suas paixões do que da realidade que os gerou”³¹. Ainda que, na perspectiva deste, a Guerra de 1932, em parte, teria ocorrido “pelos inevitáveis desdobramentos do amálgama de interesses que fundia momentaneamente os múltiplos e contraditórios projetos da revolução liberal de outubro de 1930”³².

Em função dos 85 dias de conflito, da amplitude do movimento e do alto número de mortos, De Paula acredita que a melhor terminologia para o evento seja guerra civil, em detrimento de revolução, pois este termo sempre fora utilizado na história brasileira para designar qualquer tipo de movimento armado³³.

Para a questão da participação dos trabalhadores de São Paulo na guerra, De Paula infere que estes participaram sim do conflito. O autor chega a identificar, tanto nos jornais quanto em memórias publicadas após o conflito, que alguns operários chegavam a doar os seus salários para a causa paulista. Além disso, nota que boa parte dos batalhões voluntários civis foram formados em bairros operários como o Brás, Água Branca, Mooca, Lapa, Vila Mariana e Penha³⁴. Esta análise de De Paula seria alvo de críticas bem consistentes por parte do historiador Marcelo Santos de Abreu. Segundo este, De Paula não teria levado em consideração as circunstâncias que ocasionaram o engajamento do operariado na causa, que poderia ter ocorrido por conta do “desemprego, achatamento salarial e forte repressão ao movimento operário”³⁵.

Ainda sobre o livro, De Paula se esforça para mostrar a brasilidade do movimento, se opondo àqueles que atribuem ao movimento um caráter regionalista. Entretanto, ao nosso olhar, essa afirmação é desfocada, tendo em vista que o movimento poderia até não ser regionalista, mas que, quando entendido em diálogo com uma conjuntura nacional, possui claros interesses regionalistas – como a autonomia política do estado de São Paulo³⁶. O autor constrói boa parte dessa hipótese através das inúmeras imagens que denotam um caráter mais nacional do que paulista.

³⁰ DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988, p. 22.

³¹ *Ibidem*, p. 29.

³² *Ibidem*, p.30.

³³ *Ibidem*, p. 30.

³⁴ DE PAULA, Jeziel. *Op. cit.*, 118.

³⁵ ABREU, Marcelo Santos de. *Op. cit.*, p. 81.

³⁶ É o caso da já mencionada obra de BEZERRA, Holien Goncalves. *Op. cit.*, ver principalmente a página 86.

A obra de Jeziel De Paula procura demonstrar que os motivos que levaram São Paulo à guerra são desdobramentos do intrincado contexto político do país e que atingiam o estado paulista de maneira mais acentuada. Ainda assim, a causa paulista, segundo o autor, era repleta de brasilidade.

No ano de 2002 a Guerra de 1932 completava 70 anos. Em comemoração à efeméride, foi lançado o livro *1932: História da Revolução de 32*, de Hernâni Donato. A obra, de caráter laudatório, defende a ideia de um movimento mais a favor da constituição e contra a ditadura do que pela autonomia política administrativa de São Paulo.

Donato se refere ao movimento como sendo cívico-político e militar e, ao longo da obra, tece argumentos que tentam demonstrar que São Paulo estava contra a ditadura, deixando a questão da disputa pelo poder político do estado em segundo plano. Quando do discurso realizado em 25 de janeiro de 1932, em um dos comícios políticos que antecederam o conflito e mobilizavam o povo para o combate, na visão do autor as duas diretrizes que norteariam o movimento se esclarecem. Dessa forma, a causa mor de 1932 era a luta contra a ditadura, e a ideia de separatismo, se presente, era mínima:

Oposição ao regime ditatorial; clamor pelo fim da segregação imposta ao Estado na comunhão nacional. Que ele pudesse, como podiam todos os demais Estados, escolher o seu secretariado, as autoridades. Observar que nem nesse comício nem nas manifestações seguintes, mesmo depois da guerra, os adversários nunca foram tachados de brasileiros, ou cariocas, baianos, mineiros etc., mas sim de ditatoriais.³⁷

Uma das obras mais recentes sobre 1932 é *A revolução de 1932: constituição e cidadania* lançada em 2010 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e escrita por Marco Antonio Villa. Para Villa, a Guerra de 1932 é motivada por dois grandes elementos que justificam a queda de popularidade de Getúlio Vargas em São Paulo: a autonomia política do estado e a realização de uma nova Constituição, já que este fora ovacionado no estado dois anos antes na revolução de 1930. Nas palavras de Villa:

A questão central, que pode justificar essa mudança, é a da autonomia do estado: ao assumir o Governo Provisório, Getúlio nomeou para São Paulo um interventor que, além de não ser paulista, atendia aos interesses dele e não aos dos cafeicultores. Os paulistas também exigiam uma nova Assembleia Nacional Constituinte e eleições para presidente, já que consideravam o governo de Getúlio ilegal.³⁸

O autor afirma que mesmo com as trocas na interventoria de São Paulo, as mudanças

³⁷ DONATO, Hernani. *História da Revolução de 1932*. São Paulo: IBRASA, 2002, p. 39.

³⁸ VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 21.

não atenderam ao perfil desejado pelos paulistas³⁹, criando, assim, um embate entre a elite paulista e o chefe do Governo Provisório. Por isso, Getúlio Vargas passa a ser *persona non grata* no estado. Somente em 7 de março de 1932 os paulistas tiveram a sua demanda atendida, com a escolha do embaixador Pedro de Toledo para o cargo de interventor. Ainda assim, se tratava de uma escolha polêmica, já que o embaixador estava distante da política paulista e possuía 72 anos.

Villa lembra ainda que o desgaste político na relação entre o Governo Federal e São Paulo foi estimulado pelo movimento tenentista. Politicamente presente desde o início da revolução de 1930 no estado, os tenentes eram os principais opositores do PD e também do enfraquecido PRP. Os tenentes, segundo esse autor, não só se tornaram um obstáculo ao projeto político do PD de assumir a interventoria de São Paulo, como procuravam adiar a eleição para a Constituinte, porque sabiam que uma Constituição e um Congresso em pleno funcionamento retirariam o poder político do eclético grupo, que não tinha um projeto claro para o país.

Como os tenentes eram uma das principais bases de apoio político ao seu governo, Getúlio Vargas precisava atender as suas demandas, ou parte delas. O autor conclui, então, “que o maior obstáculo para a efetivação da redemocratização, exigida por São Paulo, não era o Chefe do Governo Provisório, ou seja, não era Getúlio Vargas, mas sim uma parcela considerável da sua base de sustentação política”⁴⁰.

Notamos que a questão da autonomia política do estado paulista não é deixada de lado pelo autor. Contudo, ressalta que havia um interesse dos paulistas pela reconstitucionalização do país e que, de certa forma, não possuía vínculo com o objetivo precípua do movimento.

A questão da autonomia política do estado paulista realmente parece ter sido a causa paulista. Como vimos, mesmo que indiretamente, tanto os trabalhos que apontam para este caminho, como o livro da Capelato, intitulado *O movimento de 1932 – a causa paulista*, quanto os trabalhos que pontuam São Paulo como a vanguarda política que lutava pela reconstitucionalização do país, a questão da independência administrativa do estado, cerceada desde a revolução de 1930, se faz presente. De certo modo, é a única questão efetivamente presente em todos os trabalhos analisados.

Um ponto de inflexão

Conseguimos perceber que a historiografia sobre a Guerra de 1932 também procurou

³⁹ De que o interventor fosse paulista e civil.

⁴⁰ VILLA, Marco Antonio. Op. cit., p. 25.

se debruçar sobre outros elementos, como: o nível de adesão da população paulista a guerra; o envolvimento ou não dos trabalhadores à causa paulista; se o movimento realmente possuía cunho separatista; o papel dos diferentes atores políticos no conflito; o *front* de guerra tais como as dificuldades enfrentadas por ambos os lados; o uso bélico de aviões pela primeira vez na História do país; o significado do evento, ou seja, se era uma revolução, revolta ou guerra civil, e tanto outros.

Os diferentes elementos abordados pela historiografia do tema contribuem consideravelmente para uma reconstrução histórica do evento. Acreditamos que a memória construída sobre a guerra, que a tratou quase sempre como um conflito essencialmente regionalista, acabou influenciando decisivamente a produção acadêmica. O estabelecimento dessa memória provavelmente acabou desestimulando historiadores de outras regiões do país a se interessar pelo tema. Defendemos a ideia de que o movimento de 1932 foi efetivamente uma guerra civil. Ele envolveu diferentes setores da sociedade e regiões do país, como, inclusive, algumas obras historiográficas já pontuaram, mesmo que timidamente. Desse modo, recentemente foram elaborados trabalhos que caminham nesta direção, alargando a compreensão sobre o conflito bem para além das fronteiras paulistas.

Podemos assim inferir, até aqui, que as obras analisadas giraram em torno das seguintes perguntas: Que motivos levaram São Paulo à guerra? Que grupos sociais participaram do movimento? Qual foi a amplitude da guerra?

Também conseguimos identificar que, nos trabalhos analisados, a preocupação maior se concentra nas respostas das duas primeiras perguntas, ficando a questão da amplitude da guerra – ou seja, seus desdobramentos, suas ligações com os outros estados e com a conjuntura política nacional – em segundo plano. Em alguns casos, essa questão é pouco analisada. Já em outros, procurava se demonstrar pontualmente a amplitude do movimento para demonstrar que São Paulo não foi o único estado insatisfeito com o governo discricionário de Vargas⁴¹.

Esse posicionamento da historiografia também faz parte da *luta pelo enquadramento da memória do evento*, como apontado por Abreu⁴². O autor chama a atenção para o fato da maior parte da produção bibliográfica sobre 1932 se concentrar em terras bandeirantes, o que por sua vez acaba impactando também na perspectiva que estes livros abordam. Percebe-se, assim, que a maior parte das publicações retratavam a perspectiva paulista em detrimento da ditatorial⁴³. Para o autor, trata-se de uma verdadeira

⁴¹ Com certeza das obras mencionadas neste artigo a que mais se dedica a análise da Guerra de 1932 fora de São Paulo é o livro de Stanley Hilton *1932: A Guerra civil Brasileira*, sobretudo no capítulo nomeado como *Quinta coluna constitucionalista*.

⁴² ABREU, Marcelo Santos de. Op. cit., pp. 85-94.

⁴³ Termo utilizado pela bibliografia pró São Paulo numa tentativa de desqualificar o Governo Provisório. Capelato observa essa denominação para a Legião Revolucionária de São Paulo que foi taxada como extremista e ditatorial, ver CAPELATO, Maria Helena. Op.cit., pp. 59-60. Abreu confirma essa hipótese através do trabalho de Vavy Pacheco Borges, *Tenentismo e Revolução Brasileira*. Para o autor trata-se de uma “designação

luta pelo *enquadramento da memória do evento*, que explicaria o porquê de predominar na historiografia sobre o tema que a Guerra de 1932 pertence a São Paulo, com poucos trabalhos se dedicando a outros espaços.

Se, em um primeiro momento, a concentração de publicações bibliográficas no estado de São Paulo levou a crer que o movimento sedicioso fora apenas um conflito local, ao mesmo tempo dão a entender que o restante do país se encontrava em normalidade e que o Governo Provisório não possuía oposições significativas fora do estado paulista.

A política e a composição do Governo Provisório – como o caso dos tenentes – levaram a insatisfações, criando setores oposicionistas que não se contentaram apenas em assistir, mas que procuraram, de alguma forma, apoiar os paulistas, seja conspirando ou se rebelando contra o Governo Federal. O que afirmamos é que, apesar do *front* de batalhas se encontrar em São Paulo, o estado bandeirante não estava sozinho na sua insatisfação e outros elementos se mobilizaram, a favor de São Paulo, fora do estado.

É interessante notar que a própria historiografia sobre 1932 já apontava para um caminho em que a mobilização pró São Paulo em outros estados era significativa. Ainda que algumas dessas obras abordem muito rapidamente esses conflitos, elas apontam indícios da verdadeira proporção que a guerra atingiu.

O próprio livro *1932 – A guerra paulista* de Hélio Silva, já pontuava movimentos dissidentes do governo discricionário fora de São Paulo e que chegaram a pegar em armas contra as tropas legalistas. Segundo Silva, fazia parte dos planos dos paulistas que a Capital da República se sublevasse contra o Governo de Vargas, o que seria o remate à sublevação do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais⁴⁴. Para o autor estava claro que:

A insurreição paulista era, politicamente, um movimento articulado pelas frentes únicas do Rio Grande e de São Paulo a que estavam tacitamente ligados aos perremistas mineiros, ameaçados pelos camisas pardas de Francisco Campos e Olegário Maciel.⁴⁵

O principal articulador no Rio Grande contra o Governo Provisório era Borges de Medeiros. Sua influência se alastrava pelas Brigadas Militares do estado sulista. O Exército do Sul comandando pelo general Valdomiro de Lima dava sinais da infiltração de elementos leais a Medeiros de modo que alguns elementos das Brigadas chegaram a afirmar que não avançariam mais contra os paulistas em obediência ao seu chefe gaúcho. O general Lima

pejorativa atribuída pelos constitucionalistas aos “outubristas” que defendiam a prorrogação do regime de exceção a fim de extinguir todas as resistências ao processo revolucionário iniciado em 1930”, ver ABREU, Marcelo Santos de. Op. cit., p. 89.

⁴⁴ SILVA, Helio. Op. cit., p. 144.

⁴⁵ Ibidem, p, 149.

contava com a força policial pernambucana para conter a insubordinação das tropas⁴⁶.

Junto a outros políticos proeminentes da Frente Única Riograndense e de seus adeptos, Borges de Medeiros, com o intuito de aliviar os paulistas ao manter parte da tropa do Rio Grande no estado, chegou a realizar um movimento contra o Governo do interventor Flores da Cunha, mas foi derrotado em Cerro Alegre no dia 20 de setembro. Mais ao norte do país, em Minas Gerais, outro estado que chegara a organizar uma Frente Única contra o Governo Provisório, o ex-presidente Artur Bernardes também organizou um movimento contra o Governo, mas também não obteve sucesso. Bernardes acabou sendo capturado no dia 23 de setembro, três dias após a captura de Medeiros no Rio Grande⁴⁷.

Maria Helena Capelato observou a insatisfação desses dois estados contra o governo de Vargas, mas não abordou detalhadamente a sublevação parcial deles contra o Governo Provisório, dedicando-se somente a uma rápida análise das frentes únicas desses estados. Capelato também afirma que havia uma estreita relação entre São Paulo, Rio Grande e Minas. Contudo, após a eclosão do movimento, os interventores do Rio Grande e de Minas Gerais permaneceram ao lado do Governo Federal⁴⁸.

Sem aprofundar muito a questão, Hernâni Donato também observou que havia apoio a São Paulo no Distrito Federal:

No Rio, a polícia comandada por João Alberto prendia os suspeitos de simpatia pela causa constitucionalista e por São Paulo. Vargas e João Alberto sabiam igualmente que o general João Gomes e o coronel Brazílio Tarborda chefiariam o provável levante e a tomada do governo. E cercaram-nos de vigias. O navio *Pedro I*, presiganga na Baía de Guanabara, enchia-se com presos.⁴⁹

O trabalho do historiador brasileiro Stanley Hilton contempla também a guerra fora de São Paulo. Em *1932 – a guerra civil brasileira*, Hilton aborda a intrincada negociação entre as frentes únicas para o levante militar e como, na última hora, as negociações falharam, ficando os interventores de Minas e Rio Grande a favor do Governo Provisório⁵⁰.

Como vimos anteriormente, Stanley Hilton percebeu que havia uma rede de conspiração contra o Governo Provisório no próprio Distrito Federal. Mais ainda, segundo Hilton, era importante que os militares da Capital aderissem ao movimento e por isso os

⁴⁶ Ibidem, p, 166.

⁴⁷ Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), doravante citado como DHBB/CPDOC. In verbetes: Borges de Medeiros e Artur Bernardes, DHBB/CPDOC.

⁴⁸ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., pp. 17-19.

⁴⁹ DONATO, Hernani. Op. cit., p. 64.

⁵⁰ HILTON, Stanley. Op. cit., p. 100.

conspiradores chegaram a entrar em contato com o general João Gomes⁵¹, o coronel Euclides Figueiredo e o também coronel Basílio Taborda⁵², todos servindo no Distrito Federal. Gomes não concretizou o seu apoio à causa paulista, mas Figueiredo chegou a comandar as tropas paulistas no Vale do Paraíba ao lado de Taborda. Este último, havia inclusive prometido sublevar a Vila Militar na Capital, no entanto, não obteve sucesso⁵³.

O livro de Hilton é repleto de casos em que demonstra o apoio de civis e militares à causa paulista, mas nos parece que existe uma centralidade da Capital no que diz respeito a movimentos pró São Paulo. Basta uma rápida lida no capítulo XII do livro para percebermos a atenção dada pelo autor ao apoio não só de elementos militares, mas políticos e civis também. Esta atenção dada pelo autor ao movimento pró São Paulo no Distrito Federal em detrimento de outras regiões seria alvo de críticas por parte de Raimundo Helio Lopes que na sua tese de doutorado publicada em 2014 defende que as ações conspiratórias no Norte do país:

[...] podem ser pensadas a partir de dois ângulos distintos. No primeiro deles, se abordadas caso a caso, podem ser minimizadas, posto não terem uma efetivação concreta, sendo seus promotores desqualificados nas comunicações oficiais enviadas a Vargas. Tal avaliação foi feita por Hilton, que cita esses movimentos e conclui que “toda a boa vontade, energia e auto-sacrifício de elementos constitucionalistas no Norte e Nordeste não resolveriam o problema militar de São Paulo” (Hilton, 1982:308-310). Mas, se pensados coletivamente, atentando aos elos e padrões que os une – como as datas, os personagens envolvidos, o *modus operandi* e os objetivos comuns –, fica claro que a ação constitucionalista no Norte, a despeito de todas as dificuldades, conseguiu alguns resultados, considerados preocupantes.⁵⁴

⁵¹ João Gomes Ribeiro Filho nasceu em Maceió no dia 9 de março de 1871. Em 1889 entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha. Como segundo-tenente combateu a Revolta da Armada e já como general-de brigada combateu a Coluna Prestes na cidade de Fortaleza (CE). Segundo o coronel Euclides Figueiredo, João Gomes havia se comprometido a levantar a Vila Militar em nome de São Paulo, onde era comandante da 1ª Brigada de Infantaria. João Gomes não aderiu ao movimento e logo após o fim da Guerra de 1932 foi promovido a general-de-divisão. In: Verbete João Gomes, DHBB/CPDOC.

⁵² Basílio Taborda nasceu no Paraná no dia 20 de maio de 1877. Ingressou na carreira militar em novembro de 1894. Em outubro de 1931 foi promovido a coronel, ficando adido ao Estado Maior do Exército, nessa função recrutou adeptos para o movimento constitucionalista que se iniciava em São Paulo. Em julho de 1932, com a eclosão da guerra, viajou para São Paulo para se incorporar aos rebeldes, sendo em consequência considerado desertor e reformado administrativamente em agosto de 1932. Voltaria a ativa em 1934 com a anistia política concedida pelo governo. Encerrou a sua carreira como general-de-divisão em 1939. Faleceu em 2 de agosto de 1973. In verbete: Basílio Taborda, DHBB/CPDOC.

⁵³ No final das contas, seria criado na Vila Militar o Centro de Instrução de Voluntários para a guerra. Ver HILTON, Stanley. Op. cit., p. 174.

⁵⁴ LOPES, Raimundo Helio. *Um Vice-Reinado na República do Pós-30: Juarez Távora*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. O termo Norte utilizado pelo autor é uma denominação de divisão geopolítica que compreende os seguintes estados: Território federal do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. Lopes justifica a utilização deste termo através do primeiro capítulo intitulado *O Norte do pós-30: os revolucionários, seu herói e suas lutas* da tese.

A tese de doutorado de Lopes se insere numa perspectiva historiográfica que analisa a Guerra de 1932 sobre um prisma mais amplo. Da mesma forma que o autor trabalhou na sua dissertação de mestrado. Lopes identifica uma guerra nacional e não local, que se insere numa perspectiva muito mais ampla que a do seu ano de acontecimento. Segundo Lopes a Guerra de 1932:

“[...] sendo mensurada em 85 dias, iniciou-se em 9 de julho e terminou em 2 de outubro do mesmo ano, ela teve complexas ligações com outros eventos mais longos, como a chamada “Revolução de 1930”, sua política administrativa, as diversas interventorias estaduais, os projetos de República e constituições que se confrontavam [...]”⁵⁵

São duas as dissertações que apontam para o que consideramos uma nova abordagem sobre a Guerra de 1932: o mencionado trabalho de Raimundo Helio Lopes, intitulado *Os Batalhões Provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)*, e a pesquisa de Walter Pinto de Oliveira denominada *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. Em ambas as dissertações, a guerra seria estudada fora de São Paulo, mas, dessa vez, não seria como nas obras analisadas anteriormente, de maneira transversal. Ela agora seria o objeto principal de análise, nos estados do Ceará e Pará, respectivamente.

Estes estudos se dedicam a demonstrar a grande amplitude da guerra em outros estados. É o que nos mostra o historiador Raimundo Helio Lopes com a sua dissertação defendida no ano de 2009. Lopes enfatiza que a Guerra de 1932 representou mais do que um simples confronto regional; e o que estava em jogo eram as diferentes propostas de governo. Uma representando o Brasil antes da revolução de 1930 – favorável ao estado de São Paulo -, e a outra, o modelo político centralizador adotado pelo governo federal desde então. Dessa forma, nos discursos oficiais da Interventoria e da imprensa, o estado do Ceará se envolveu no conflito a favor do governo de Vargas, pois o ideal que ascendera com os revolucionários de 1930 é o de que todos os estados receberiam a devida atenção, favorecendo o Norte que até então era preterido pelos estados do Sul.

Apesar do posicionamento do estado do Ceará, Lopes observou que havia, também dissenso no Ceará e, por meio dos periódicos, o autor nota que havia movimentos favoráveis a reconstitucionalização do país no estado e conclui que:

[...] indícios levam a crer que no Ceará a oposição ao Governo, por mais que reprimida e silenciada, possuía certa organização e procurava enfraquecer o apoio que o Governo Provisório tinha no Estado, utilizando para isso outros meios, como panfletos. Até mesmo seus inimigos políticos ressaltavam a difusão de suas

⁵⁵ LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, p. 17.

palavras, mostrando certo temor na adesão de pessoas a esta causa.⁵⁶

Ainda assim, a mobilização do estado manteve-se favorável ao Governo Federal, e girava em torno do eixo central de que a luta era contra os responsáveis pela política que até 1930 desfavorecia o Ceará:

Nessa construção, a Primeira República surgia como um período negro para a nação, em que o federalismo que a marcou favorecia exacerbadamente São Paulo, tornando-o a “locomotiva nacional”, enquanto o restante do país sofria com a falta de atenção por parte dos poderes públicos.⁵⁷

Em 2012, Walter Pinto Oliveira defendeu o trabalho *Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. Na dissertação defendida por Oliveira na Universidade Federal do Pará, o autor se dedica ao estudo da revolta de uma unidade do Exército, que rebentou na noite de 6 para 7 de setembro, ocorrida na cidade de Óbidos, localizada no Pará.

O autor observa que também ocorreram manifestações pró-constituinte no estado, sobretudo a partir da criação do Partido Constitucional do Pará em maio de 1932. O levante se declarou sob os comandos do general Bertholdo Klinger em São Paulo. Os motivos que levaram ao levante do Forte de Óbidos foram heterogêneos, e envolviam desde questões como a insatisfação de sargentos geradas pelo não comissionamento dos mesmos até a postura autoritária do interventor Magalhães Barata.

No entanto, o autor descreve o seu trabalho como “uma tentativa de apreender as condições que levaram à irrupção da primeira reação armada ao movimento tenentista na Amazônia”⁵⁸. Além disso, a revolta do Forte de Óbidos se insere numa conjuntura maior, de apoio a São Paulo, e visava à promoção de distúrbios nos estados do Norte, com o intuito de dispersar a atenção das forças militares nortistas, enfraquecendo o esforço de guerra voltado para o *front* paulista. Sendo assim:

A adesão de um grupo de militares inferiores e civis da distante cidade de Óbidos à causa constitucionalista não pode ser interpretada como um ato isolado desprovido de nexos com o movimento mais amplo liderado por São Paulo, tendo como único significado a queda do interventor paraense, como faz supor um autor que escreveu sobre o tema. Trata-se, sim, de uma estratégia dos líderes do Sul com vista a enfraquecer as forças do Exército contra as quais lutavam os paulistas naquele momento.⁵⁹

⁵⁶ LOPES, Raimundo Helio. Op. cit., 2009, p. 54.

⁵⁷ LOPES, Raimundo Helio. Op. cit., 2009, p. 38.

⁵⁸ OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará – Belém do Pará, p. 169.

⁵⁹ OLIVEIRA, Walter Pinto. Op. cit., 169.

Considerações finais

Pelo o que aqui foi exposto, fica evidente que alguns trabalhos historiográficos apontam para uma guerra de proporção nacional, com mobilizações a favor ou contra o Governo Provisório. A própria Capital do país, de fundamental importância para a manutenção do Governo Provisório, foi palco de tensões e conflitos. Neste sentido, a Guerra de 1932 somente pode ser entendida em sua complexidade se analisada a partir de uma perspectiva maior. O conflito vai bem além do ano de seu acontecimento e do estado de São Paulo como atores únicos no complexo cenário político que marca os anos de 1930-37, sobretudo, os dois primeiros anos desse período. Nas palavras de Angela Maria de Castro Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho:

Na história política brasileira, o período que vai de outubro de 1930 a outubro de 1932 é dos mais complexos para análise, já que a sua marca essencial é a instabilidade, fruto das disputas pelo poder entre orientações e grupos políticos distintos.⁶⁰

O texto *Os anos de 1930: as incertezas do regime*, escrito pela historiadora Dulce Chaves Pandolfi também elencou a complexidade do período e inseriu a Guerra de 1932 numa conjuntura mais ampla. Ao analisar o “tumultuado” período político que compreende a década de 1930, Pandolfi percebeu que os anos de 1930 a 1937 foram marcados por ambiguidades e que diversos projetos disputaram o poder político. A autora lembra que durante este período o país passou por inúmeras mudanças sociais, políticas e econômicas e que as disputas políticas foram constantes, envolvendo os tenentes, oligarquias dissidentes, patrões e empregados. Alguns dados elencados pela autora demonstram os diferentes embates políticos, de modo que: foram mais de 50 movimentos militares entre 1930-1934; somente durante os anos de 1930 a 1935 governaram os estados mais o Distrito Federal 94 interventores; a Guerra de 1932; e o levante comunista de 1935⁶¹.

Sendo assim, para Dulce Pandolfi, a pior “guerra civil vivida pelo país” se insere num período histórico mais amplo que os 85 dias de duração do conflito. Para a autora, foi um importante evento político da década de 1930, e que este sem dúvida “provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares”⁶². Outrossim, a Guerra de 1932 é um momento importante do período 1930-37 e que, segundo Pandolfi, ajuda a demonstrar que o “Estado

⁶⁰ GOMES, Angela de Castro (Coordenação). Op. cit., p. 239.

⁶¹ PANDOLFI, Dulce. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, cf. as páginas 18, 22, 25, 26 e 32.

⁶² PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 26.

Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e enfiamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930⁶³.

Por fim, podemos inferir que a historiografia envolvendo a Guerra de 1932 é extensa e aborda o conflito sobre diferentes prismas. Além disso, também notamos que a perspectiva do conflito como um evento de proporção nacional e inserido num contexto mais amplo que o ano de 1932, amplia as possibilidades de abordagens sobre o evento, o que acaba contribuindo para a compreensão da complexidade política do período.

Artigo recebido em 19 dez. 2016

Artigo aprovado para publicação em 27 de abr. 2017

Referências

ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. 2010. 312 F. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

BEZERRA, Holien Goncalves. *O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988.

⁶³ Ibidem, p. 35.

DONATO, Hernani. *História da Revolução de 1932*. São Paulo: IBRASA, 2002.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes: leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010.

GOMES, Angela de Castro (Coordenação). *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres?: O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza.

_____. *A Cidade e A Guerra: a campanha de mobilização e o cotidiano de Fortaleza durante a Guerra de 1932*. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 2009. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62782/61918>>. Acesso em: 11 Fev. 2017.

_____. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade federal do Pará – Belém do Pará.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início*

da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SILVA, Helio. *1932: a guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.